

<b>Evento</b>	Reunião da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
<b>Data</b>	29/9/2023
<b>Horário</b>	16h30min
<b>Local</b>	Telepresencial – <i>Google Meet</i>
<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargadora Luciane Storer;</li><li>- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;</li><li>- Juíza Camila Moura de Carvalho;</li><li>- Juíza Zilah Ramires Ferreira;</li><li>- Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti;</li><li>- Assessora da Escola Judicial, Denise Pereira Toniolo;</li><li>- Representante da Assessoria de Gestão Estratégica, Daniel Filgueira Granato;</li><li>- Fauzi El Kadri Filho;</li><li>- Isaias Clemente;</li><li>- Eduarda Rogeria de Moraes;</li><li>- Jovane Coelho Ventura;</li><li>- Thaís Proença Cremasco;</li><li>- Eliane Capelari Anselmo;</li><li>- Vlademir Nei Suato;</li><li>- Andréa Azevedo;</li><li>- Representante da Divisão de Apoio aos Comitês e às Comissões, Carlos Eduardo Buzan Larica</li></ul>
<b>Ausências justificadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargadora Eleonora Bordini Coca;</li><li>- Juíza Milena Casacio Ferreira Beraldo;</li><li>- Procurador Eduardo Luís Amgarten;</li><li>- Procurador Luciano Zanchettin Michelin;</li><li>- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;</li><li>- Secretário de Saúde, Sérgio de Oliveira Cordeiro;</li><li>- Ivan Bagini;</li><li>- Cleonice Rodrigues Figueiredo;</li><li>- Patrícia Karina Soares Coelho.</li></ul>
<b>Pauta / Assuntos</b>	<p>Pauta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PROAD 16164/2023 - ciência do Relatório Final de Auditoria sobre política de combate ao assédio e plano de ação com sugestões apontadas;</li><li>- Ciência da atualização normativa superior:</li></ul> <p>1) Resolução CSJT nº 360/2023, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;</p>

2) Resolução CNJ nº 351/2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;

3) Resolução CNJ nº 518/2023, que altera a Resolução CNJ nº 351/2020;

- Sugestão para eventualmente ser apresentada à Alta Administração, com minuta de Carta Aberta (anexa) acerca da adesão à política de prevenção e enfrentamento ao assédio;

- Minuta para adaptação/atualização da Resolução Administrativa nº 016/2022 (anexa) às Resolução CSJT nº 360/2023 e Resolução CNJ nº 518/2023;

- Estudos do grupo de trabalho (Dra. Camila Moura de Carvalho, Dra. Zilah Ramires Ferreira, Paula Toniatti, Isaias Clemente, Sérgio de Oliveira Cordeiro, Ivan Bagini e Andréa Azevedo) sobre protocolo e fluxo de combate ao assédio;

- Validação da Pesquisa sobre Assédio Organizacional e sugestões de encaminhamento à Administração - Relatório de ações de pesquisas anteriores;

- Outros assuntos.

A Excelentíssima Desembargadora Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, Luciane Storer, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

A Comissão passou à análise dos assuntos pautados e compartilhados anteriormente pelo Google Agenda.

**- PROAD 16164/2023 - Ciência do Relatório Final de Auditoria sobre política de combate ao assédio e plano de ação com sugestões apontadas.**

**- Sugestão para eventualmente ser apresentada à Alta Administração, com minuta de Carta Aberta acerca da adesão à política de prevenção e enfrentamento ao assédio pela Alta Administração:**

O colegiado decidiu por fazer um estudo sobre o texto da Carta Aberta à Alta Administração quanto a adesão à política de prevenção e enfrentamento ao assédio pela Alta Administração.

**- Minuta para adaptação/atualização da Resolução Administrativa nº 016/2022 às Resolução CSJT nº 360/2023 e Resolução CNJ nº 518/2023:**

O colegiado deliberou por fazer estudos sobre a adaptação/atualização da Resolução Administrativa nº 016/2022 dada a Resolução CSJT nº 360/2023 e a Resolução CNJ nº 518/2023.

**- Estudos do grupo de trabalho sobre protocolo e fluxo de combate ao assédio;**

Conforme deliberado pelo colegiado, o tema encontra-se quase que totalmente suplantado em razão da publicação da Resolução CSJT nº 360/2023 e da publicação da Resolução CNJ nº 518/2023.

O colegiado decidiu pela publicização do fluxo e do Protocolo de Atendimento, com disponibilização de link para acesso à página da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do

Assédio Moral e do Assédio Sexual, publicando-se assim as duas resoluções.

- **Validação da Pesquisa sobre Assédio Organizacional e sugestões de encaminhamento à Administração - Relatório de ações de pesquisas anteriores;**

**a) PROAD 19684/2023: proposta do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas em conjunto da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual de capacitação dos agentes de segurança do Tribunal em comunicação positiva e atendimento à população, conforme debatido em Assuntos Gerais, na reunião realizada em 2 de junho de 2023.**

Em uma breve explanação, a Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer esclareceu que a partir da Pesquisa sobre Assédio Organizacional, em movimento conjunto com o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, compromissos foram firmados junto à Alta Administração, e que a publicidade seria necessária para vinculação das demais administrações. Dentre os compromissos, pausas durante as audiências para descanso do Secretário, que os horários estabelecidos por normas fossem cumpridos (até as 18 horas, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas) e que ocorresse círculos de conversas envolvendo Magistrados e Secretários de Audiências para o estabelecimento de uma relação mais amistosa. Além disso, recomendação para que os estagiários pudessem auxiliar no pré e no pós pauta. Quanto à compatibilidade da função às atribuições do cargo do estagiário, parecer da área técnica garantiu a sua legalidade e conveniência. Cards, com o aval da Presidência, serão divulgados com a intenção de esclarecer sobre intervalos de descanso e jornada laboral. Grupo de trabalho, a pedido da Comunicação Social, auxiliará na criação de conteúdo.

O servidor Fauzi El Kadri Filho citou os relatos de cobranças excessivas seguidas de ameaças relatadas por servidores. O servidor Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria, cientificou que adota-se, atualmente, o modelo de ata humanizada: atas sem prazo e um amplo canal de comunicação Corregedoria-Servidor-Magistrado. A avaliação passou a ser mais qualitativa e menos quantitativa. O número seria tratado apenas como um indicativo, devendo-se analisar as circunstâncias. Inclusive, diálogos vêm sendo tratados com gestores e servidores. O prazo, ressaltou, é competência gerencial de cada gestor.

A Magistrada Camila Moura de Carvalho lembrou que, à época, 43,9% das queixas eram referentes às cobranças excessivas.

A servidora Eliane Capelari Anselmo teceu elogios à atuação da Corregedoria em uma atuação mais humanizada, mais próxima. Que o sentimento de ameaça está sendo substituído pelo sentimento de acolhimento. E que esse sentimento é coletivo.

A magistrada Camila Ceroni Scarabelli também elogiou a gestão atual em relação às correições, enfatizando não constar mais prazos nem ameaças de punições disciplinares aos juízes e aos diretores.

O servidor Fauzi EL Kadri Filho, então, pediu a palavra Fauzi para mencionar a publicação do IGest, solicitando uma eventual comunicação à Corregedoria Geral acerca das críticas tecidas ao longo do processo de pesquisa realizada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. O servidor Vlademir Nei Suato esclareceu que está participando do Comitê Nacional do IGest. A ideia foi facilitar o gerenciamento; pois, para gerenciar, seria preciso ter algum índice para o planejamento de ações institucionais. Destacou que a partir de sua utilização, observou-se uma melhora nacional. E mais: que há um projeto de não mais ranquear as varas de trabalho, mas separá-las por faixa. Em relação à força de trabalho, haverá uma análise qualitativa em relação às lotações, mensurando a produtividade per capita. A rotatividade também será levada em consideração no estabelecimento da produtividade, dada a diferenciação técnica natural entre um servidor novo e outro antigo.

A Magistrada Camila Ceroni Scarabelli ressaltou que a Escola Judicial já possui curso sobre ferramentas de Gestão para juízes e servidores. Precisaria, apenas, passar por uma revisão em razão da centralização das secretarias.

O servidor Fauzi El Kadri Filho sugeriu informar ao órgão nacional o entendimento em relação ao ranqueamento do IGest. A Desembargadora Luciane Storer propôs relatar junto ao Comitê de Prevenção e Enfrentamento de Assédio do Tribunal Superior do Trabalho, para que possa demandar, talvez, junto à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a posição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de que a publicização dos fatos, como ocorre hoje, por meio de ranqueamento, pode se caracterizar como um assédio institucional.

Ademais, o colegiado votou pelo encaminhamento e publicação da pesquisa, juntamente com a sua conclusão, divulgando-os pelo e-mail corporativo.

**- Outros assuntos:**

O servidor Fauzi El Kadri Filho indagou sobre a criação de grupo de trabalho via Whatsapp. Deliberou-se pela criação de grupo de trabalho nos meios de comunicação institucional do Tribunal, notadamente quanto aos temas “intervalo” e “machismo estrutural”.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h28.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	3/10/2023
Ata aprovada por	Desembargadora Luciane Storer Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual	Em	6/10/2023